



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Fundo público e orçamento das políticas sociais.

QUESTÃO AMBIENTAL, LUTAS SOCIAIS E AGROECOLOGIA: LUTA POR TERRITÓRIO NO ENGENHO ILHA – PERNAMBUCO

MARIA DAS GRAÇAS E SILVA¹

MONICA GROSSI²

REBECA GOMES DE OLIVEIRA SILVA³

AMANDA RAYZA BRITO DOS PRAZERES⁴

VERA LÚCIA DOMINGUES DE MELO⁵

Resumo: Este artigo pretende discutir a relação entre questão ambiental, lutas sociais e agroecologia, a partir do contexto atual de crise do capital, aonde o avanço sobre os recursos naturais e sobre os trabalhadores, sob a hegemonia do agronegócio, vem gerando uma série de contradições e conflitos no campo e na cidade. Estes conflitos se expressam nas lutas sociais, onde destacamos a experiência de luta da Associação de Pequenos Agricultores de Ponte dos Carvalhos - Pernambuco, por território, seus enfrentamentos e seu processo de fortalecimento político-organizativo e produtivo, através da construção da agroecologia como estratégia produtiva e política.

Palavras-chave: Questão Ambiental; agronegócio; agroecologia; lutas sociais; Engenho Ilha.

Resumen: Este artículo pretende discutir la relación entre cuestión ambiental, luchas sociales y agroecología, a partir del contexto actual de crisis del capital, donde el avance sobre los recursos naturales y sobre los trabajadores, bajo la hegemonía del agronegocio, viene generando una serie de contradicciones y conflictos en el campo y en la ciudad. Estos conflictos se expresan en las luchas sociales, donde destacamos la experiencia de lucha de la Asociación de Pequeños Agricultores de Ponte dos Carvalhos - Pernambuco, por territorio, sus enfrentamientos y su proceso de fortalecimiento político-organizativo y productivo, a través de la construcción de la agroecología como estrategia productiva y política.

Palabras-clave: Cuestión ambiental; Agronegocio; Agroecología; luchas sociales; Engenho Ilha.

1 INTRODUÇÃO

Nosso ponto de partida para a análise da questão ambiental se situa a partir do indispensável recurso à perspectiva de Marx (2013), tratando-a como

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <gracita.pe@gmail.com>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco.

⁵ Estudante de Graduação. Centro Universitário Joaquim Nabuco.

expressão das relações sociais inerentes à sociedade capitalista, que tem por base a exploração: do trabalho humano e a subordinação dos bens naturais aos desígnios da acumulação. Este processo, gerador de imensas desigualdades sociais e ambientais, está fundamentado, dentre outras questões, nos processos de apropriação privada e uso dos chamados recursos naturais, que se expressam na privatização e mercantilização da natureza, processos esses que se intensificam no atual período histórico, marcado pela crise estrutural do capital.

A natureza como mercadoria e campo de acumulação do capital impõe o desafio de construir novos parâmetros de existência coletiva dos seres humanos no planeta. Os fundamentos desta nova sociabilidade não podem prescindir das necessárias mudanças na relação da sociedade com a natureza, destacando a terra como elemento central de suporte material e simbólico da vida social. Neste sentido, se ergue um duro combate à privatização e mercadorização dos bens ambientais, que são indispensáveis à vida humana na terra, onde as experiências de lutas dos sujeitos coletivos têm muito a contribuir. A constituição de múltiplas e complexas contradições reconstrói e ressignifica uma série de lutas sociais, que se diferenciam e apontam para uma riqueza de sujeitos coletivos neste processo.

Nesta direção, destacamos neste trabalho, a luta de trabalhadores/as rurais e pequenos/as agricultores/as no Engenho Ilha, em Pernambuco, área permeada por conflitos socioambientais decorrentes do avanço dos grandes empreendimentos instalados no Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), situado na Região Metropolitana de Recife (RMR). Tendo como norte a perspectiva de totalidade, que reconhece a indivisibilidade entre as questões agrária, urbana e ambiental, buscamos fazer um recorte metodológico, dando ênfase à questão ambiental, buscando compreendê-la, na sua amplitude e complexidade, que se expressa na relação entre o rural e o urbano.

Desse modo, este artigo pretende discutir a relação entre questão ambiental, lutas sociais e agroecologia, a partir de uma experiência extensionista, em área caracterizada por conflitos socioambientais. Estes conflitos se expressam nas lutas sociais, onde destacamos a experiência de

luta da Associação de Pequenos Produtores de Ponte dos Carvalhos⁶ em oposição aos avanços dos grandes empreendimentos na região onde hoje é Suape/PE. Esta realidade tornou-se referência para o desenvolvimento de um projeto de extensão intitulado, “Na mira de Suape: a luta pelo território no Engenho Ilha”⁷, o qual teve como objetivo geral fortalecer a organização produtiva e política dos pequenos produtores rurais do Engenho Ilha, através da capacitação dos produtores, em especial das mulheres, para a defesa de seu território. Este trabalho busca refletir sobre esta experiência, a qual se desenvolveu integrada a um projeto de pesquisa, sob coordenação de docente do departamento de Serviço Social da UFPE⁸, em parceria com docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

2 QUESTÃO AMBIENTAL E O AVANÇO DO CAPITAL SOBRE A NATUREZA: desafios às lutas sociais por território

No atual período histórico, intensifica-se o avanço do capital sobre os recursos naturais planetários, especialmente nos países periféricos, através de investimentos nos chamados ativos fixos tais como a terra, água, matérias primas agrícolas, as riquezas naturais do subsolo e sobre territórios que ainda possuem grande biodiversidade, dentre outros. Também se volta para o controle de energias renováveis e para a produção de agro combustível.

Chama-nos a atenção o fato de que, estes grandes empreendimentos empresariais são desenvolvidos, a partir de um discurso ideológico, fundado na defesa do progresso e de desenvolvimento para todos, que agrega a idéia de benefícios para a população, como a criação de empregos e geração de renda nas regiões onde são estabelecidos. Isto acarreta um enorme fluxo migratório, que acaba agravando diversas manifestações da questão social, já existentes e

⁶ Doravante mencionada como “Associação”, como é conhecida pelos moradores da área.

⁷ Vale destacar que em razão deste projeto de extensão e da necessidade de compreendermos melhor os processos de resistência na área, também foi aprovado projeto de pesquisa no Programa de Iniciação Científica.

⁸ Vale ressaltar que a referida experiência recebeu menção honrosa da Comissão Científica da Semana de Pesquisa, Extensão e Cultura – SEPEC/2017 da UFPE.

produzindo novos problemas para estas regiões. O que se tem observado é que estes grandes empreendimentos alavancam processos de desigualdade social, expulsão de comunidades de seus territórios, provocando inúmeros processos de desterritorialização e de reterritorialização (SANTOS, 2006) para outras áreas, onde há precarização das condições de vida e de reprodução das classes trabalhadoras.

O avanço destes empreendimentos sobre os territórios é sentido logo no início de suas instalações, através da chegada de enorme contingente de trabalhadores de outras regiões, que contribuem para o superpovoamento, exercendo pressão sobre as infra-estruturas, em geral, agravando os problemas ligados à falta de habitação, saneamento, postos de saúde, além do aumento da violência, prostituição, dentre outros, com impactos brutais sobre o modo de vida das comunidades.

Consideramos importante pontuar que estes empreendimentos encontram no Estado apoio fundamental, que se expressa através da chamada parceria público-privada, via isenções fiscais, serviços de infraestrutura, dentre outras, que asseguram a rentabilidade destes negócios, a partir da idéia de ação complementar entre o Estado e o mercado, em consonância com o ideário neoliberal. Esta tendência vem desencadeando uma serie de contradições e impactos, tais como: afastamento de comunidades de seus territórios, despejos violentos, deslocamentos, proibição de desenvolvimento de atividades produtivas historicamente realizadas por trabalhadores que habitam estas áreas, tais como agricultura de subsistência, a pesca, a extração de frutas, etc.

As transformações tecnológicas operadas no século XX, sob hegemonia da finança mundializada, principalmente os avanços nos campos da informática e da biotecnologia, proporcionaram o que Harvey (2004) denomina de “compressão tempo-espaço”, resultando num reordenamento do processo de trabalho em amplos setores. Este autor analisa a atual divisão internacional do trabalho, que chama de novo imperialismo, a qual expressa o poder político e econômico da financeirização, da tecnologia e das corporações multinacionais. As riquezas naturais, neste novo imperialismo, são tomadas como recursos que podem ser patenteados, não importando a sua localização. Assim, esta

técnica de registro de patente, proporciona a propriedade intelectual de porções da natureza, que se afirma como direito de propriedade individual, encobrindo contradições e antagonismos de classe na sociedade.

A inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, no contexto de crise estrutural do capital, com forte tendência à reprimarização, evidencia os traços gerais predatórios, apontados anteriormente. A reprimarização da economia nos países capitalistas dependentes da América Latina é retomada por Leher (2007) para analisar a situação do atual padrão de acumulação capitalista, posto que impõe sérios desafios aos movimentos e organizações dos povos tradicionais, os quais seguem sendo alvo de uma ofensiva brutal do capital.

Chamamos atenção para a relação entre as lutas sociais, que vêm sendo travadas, por diversos sujeitos coletivos, como movimentos e organizações de trabalhadores rurais, extrativistas, pescadores, marisqueiros, dentre outros, com a histórica questão agrária que, em nosso entendimento, não pode se desvincular da questão ambiental, em razão da indissociável relação com o acesso, domínio e uso da terra, que é um bem ambiental essencial à vida humana, que se torna propriedade privada e mercadoria sob o domínio do capital, gerando expulsões, deslocamentos, expropriações, desapropriações com compensações e indenizações irrisórias, etc..

Todo este processo de desenvolvimento do capitalismo tem impactado o campo e a cidade, com destaque para o comprometimento da reprodução de sujeitos e comunidades inteiras, que dependem da terra para viver e trabalhar, para continuar lutando pela sobrevivência de suas famílias e grupos sociais. Este impulso do capital vem gerando processos de reconcentração e mercantilização da terra e de toda a biodiversidade. Neste sentido, camponeses, comunidades tradicionais, pescadores, extrativistas, etc, sofrem perversas perseguições, intimidações e expulsão de seus territórios, que são ameaçados através das pressões sobre a terra e as águas.

Nestes termos, pontuamos alguns grandes desafios, que também se constituem em frentes de lutas sociais e de articulação de diversos movimentos sociais, organizações e associações de trabalhadores: a luta pelo acesso e permanência na terra; políticas públicas para a produção da agricultura familiar

e camponesa a partir de novas formas de organização do trabalho cooperado; defesa do uso, posse e da legalização das terras das comunidades nativas, indígenas, quilombolas, e o respeito a suas culturas, ferozmente ameaçadas pelo agronegócio e pela internacionalização das terras; recuperação de áreas degradadas, preservação ambiental e produção agrícola através da construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia(STEDILE,2013).

Neste processo de enfrentamentos e de resistência ao capitalismo no campo, consideramos de especial importância para o fortalecimento das lutas sociais, o debate sobre a agroecologia como estratégia política e produtiva.

2.1- Questão ambiental: a agroecologia como estratégia produtiva e política.

O surgimento da agroecologia envolve a fragilidade das condições de reprodução de determinadas classes, povos, onde se destacam os camponeses e povos tradicionais dos países periféricos (CHESNAIS E SERFATI, 2003). Para estes autores, há uma clara associação entre as destruições ambientais, que se tornam cada vez mais graves, e as agressões sofridas pelos camponeses. As conseqüências sociais e ambientais, resultantes do processo de modernização da agricultura capitalista, através da Revolução Verde, mobilizaram diversos segmentos em busca de uma agricultura contraposta ao modelo capitalista hegemônico, através da agroecologia.

Sevilla Gusmán (2006) nos ensina que a agroecologia tem como eixo estruturante as seguintes premissas: o homem é parte constitutiva e se relaciona histórica e socialmente com a natureza; o contexto sociocultural e humano tem presença marcante na agroecologia; a dimensão técnica e ambiental se consolida a partir do diálogo, da experimentação, da confrontação-complementação entre o saber/ cultura camponesa e o saber técnico-científico.

Estas premissas fundamentam possibilidades de desenvolvimento rural, potencializando os processos sociais que envolvem a necessária participação

organizada dos agricultores, com seus conhecimentos e práticas. E demonstram uma visão ampliada da agroecologia, que ultrapassa a dimensão técnica da produção, relacionada à dimensão agrônômica e abrange, necessariamente, uma dimensão política, que se expressa no posicionamento crítico de resistência aos ataques às culturas camponesas e à idéia de inferioridade do mundo rural em relação ao urbano.

A luta política também implica a defesa da biodiversidade, que se confronte com o capitalismo, e na avaliação das implicações da política e da economia para os agricultores. Isto remete à compreensão dos agricultores sobre os processos de exploração aos quais estão submetidos, de forma a lutarem e desenvolverem processos de transição da agricultura convencional para a agroecologia. A agroecologia ao ultrapassar o enfoque das necessárias mudanças no padrão técnico da agricultura amplia-se para as indispensáveis transformações políticas em toda sociedade. Neste sentido, a discussão conceitual da agroecologia não pode desconsiderar, que os problemas apresentados na agricultura são expressões da sociedade capitalista e de seu padrão dominante de desenvolvimento.

A integralidade do enfoque da agroecologia, necessariamente, deve contemplar a articulação de suas dimensões técnica e social, apontando para a compreensão da matriz comunitária em que se insere o agricultor - “a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais” (SEVILLA GUSMÁN, 2006, p.2). A agroecologia para os agricultores é um modo de vida. Qualquer processo de apropriação, ou adoção de tecnologias, perpassa pelo vínculo entre agricultores e a terra trabalhada. O agricultor representa o núcleo central no traçado e na tomada de decisões, expressando um forte compromisso ético com a resolução dos problemas socioambientais. Desta forma, as experiências realizadas vêm se constituindo em importantes demonstrações de proposições práticas e políticas no sentido do alcance de transformações mais amplas na agricultura e na sociedade.

Ao abordar os desafios do desenvolvimento da agroecologia nos assentamentos do MST, Martins (2013) afirma que as experiências agroecológicas são produtoras de conhecimentos e de relações sociais que

ampliam a visão de mundo para o estabelecimento de uma nova relação com a natureza, no sentido de desvelar as relações sociais de dominação expressas pelo agronegócio. Por isto, a agroecologia ganha sentido mais amplo através de sua relação com um projeto estratégico de classe, que faça a crítica ao modelo do capital apresentando um projeto alternativo de produção para o Brasil.

A defesa dos bens ambientais se torna estratégica para o fortalecimento das lutas em torno da soberania alimentar, através da agroecologia, onde a luta pela terra e pelo controle das sementes vem se constituindo num campo de articulação, especialmente para os sujeitos coletivos, que possuem o desafio concreto de construção de outro modelo produtivo, que impõe um confronto aberto com o agronegócio, responsável pela violência, exploração e expulsão de camponeses de seus territórios em todo o mundo.

Estas questões apontam os desafios produtivos e políticos que se abrem aos movimentos sociais e organizações do campo e as possibilidades de convergências com outros sujeitos coletivos, através da agroecologia.

2.2 A luta por território no Engenho Ilha

Para a compreensão dos fenômenos que se encadeiam na região compreendida pelo O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros/Suape — CIPS, reafirmamos o fato de que, na sociedade do capital, o processo de apropriação e uso dos recursos ambientais não tem como mediação fundamental os interesses comuns ou coletivos, mas as necessidades da acumulação capitalista, a qual implica a privatização dos elementos da natureza e sua conversão em mercadoria. Estabelece-se, assim, o conflito entre classes e segmentos sociais distintos, em disputa pela apropriação do meio físico-natural e do ambiente construído.

As reflexões aqui apresentadas são resultantes de pesquisas em andamento, sobre os impactos sociais dos grandes empreendimentos navais em SUAPE, e de projeto de extensão, desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS) da UFPE, no Engenho Ilha, que se localiza no distrito de Ponte dos Carvalhos, município do

Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Trata-se de uma área de mata nativa, a qual vem ao longo de décadas sendo utilizada pela comunidade de forma coletiva, marcadamente a partir da atividade extrativista e de pequenos plantios. São cerca de 160 famílias de pequenos agricultores, os quais sobrevivem da coleta de frutas nativas, assim como da coleta de mariscos e da pesca, além da cultura de subsistência, a exemplo do cultivo de batata doce, feijão verde, macaxeira, além da criação de pequenos animais.

O CIPS, localizado na parte sul da Região Metropolitana do Recife, a cerca de 40 Km da capital do Estado, tem sido apontado como um dos principais impulsionadores do crescimento econômico de Pernambuco, sobressaindo-se como pólo naval e petroquímico. Segundo dados da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - ABDIB a riqueza gerada em Suape responde por, aproximadamente 21% do PIB de Pernambuco.⁹

O ritmo frenético de instalação de novos investimentos na região, além de promover uma alteração da atividade econômica, antes predominantemente centrada nas atividades agrícola, pesqueira e de turismo de baixo impacto, produz um conjunto de impactos socioambientais sociais e ambientais, agravados pela histórica incapacidade do estado de antever e planejar a ocupação do território de maneira mais adequada às necessidades sociais que emergem dos processos de desenvolvimento.

Os rebatimentos desse processo atingem diretamente quem vive em intrínseca relação com a natureza, como as comunidades tradicionais que vivem no Engenho Ilha.

Tal modelo vem ampliando e intensificando a exploração dos recursos naturais através dos chamados “grandes projetos de desenvolvimento” que afetam de maneira dramática as terras, os territórios, os recursos e os modos de vida de camponeses, indígenas, povos e comunidades tradicionais, resultando em intensos conflitos socioambientais (GT - Agrária da Associação de Geógrafos Brasileiro, 2015, p. 182).

Desse modo, desde a implantação do CIPS no Cabo de Santo Agostinho os conflitos relacionados à terra têm sido constantes, sendo estes o ingrediente

⁹ “Porto de Suape cresce em ritmo chinês e acima das médias do Brasil e do nordeste”. Disponível em: http://www.abdib.org.br/index/destaque_abdib_detalhes.cfm?id_destaque=811.

principal das agressões e violências contra os moradores. As remoções dos moradores nativos do território abrangido pelo CIPS são pautadas pelo uso da violência por parte da Empresa Suape¹⁰, além das indenizações irrisórias e da realocação de moradores para territórios que não contemplam a realidade vivida historicamente pelos mesmos.

Conforme indicado, anteriormente, o Engenho Ilha vem sendo alvo de conflitos, de disputa por território. As famílias que habitam nesse território vêm tendo os seus direitos elementares violados, como o acesso à terra, à moradia, pois há cerca de três anos os posseiros do Engenho Ilha vêm sendo proibidos de entrarem na área e de praticarem as suas atividades extrativas, as quais são suas formas de sobrevivência e de sustento. Estabelece-se, assim, no território um conflito entre classes e segmentos sociais distintos, em disputa pela apropriação do meio físico-natural e do ambiente construído. Segundo Oliveira (1996, p. 12), o território constitui uma

(...) síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas etc. É, pois, um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração específica ao território. O território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta de classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução.

As pressões exercidas pela Empresa Suape atingem o cotidiano dos moradores da área, pois estes vêm sendo impedidos de exercerem suas atividades extrativistas, além de plantar, de cercar o terreno, ampliar ou reformar a casa ou mesmo produzirem quaisquer benfeitorias no entorno das residências. Apesar de terem, historicamente, desenvolvido ações contra a degradação ambiental da localidade - a exemplo do plantio de fruteiras e da contínua fiscalização contra a retirada de areia em larga escala, ou mesmo contra a transformação do local em depósito de entulhos, dentre outros - os

¹⁰Através da lei 7.763/78, foi criada a Empresa Suape, de interesse público-privado, para administrar o distrito industrial, monitorar o desenvolvimento das obras e a implantação das atividades portuárias

posseiros reclamam da negligência dos poderes públicos, tanto no tocante ao fornecimento de serviços essenciais (água, energia, estradas), quanto no que diz respeito à ausência de fiscalização e punição dos responsáveis pela degradação do ambiente. Moradores denunciam que a área degradada vem servindo ao tráfico de drogas, desova de corpos e de carros roubados, dentre outros.

Em resposta a esse contexto, as comunidades locais iniciaram processos de resistência aos avanços do capital e do Estado sobre o seu território, atuando articulada e concomitantemente em defesa dos bens naturais e do modo de vida. Trata-se de uma luta política, em defesa de direitos suprimidos, enfrentando a ofensiva do capital, sendo indispensável o desvelamento das contradições da sociabilidade burguesa e sua lógica expansiva, de largos custos sociais e ambientais.

Não obstante, em meio a este cenário, os posseiros vêm se mobilizando e lutando pela revitalização da área, com vistas a propiciar melhoria das condições socioambientais do território. A Sociedade dos Pequenos Agricultores de Ponte dos Carvalhos, entidade que representa os posseiros dos engenhos locais, vem desenvolvendo um conjunto de iniciativas no sentido promover a recuperação da área degradada e sua destinação ao plantio de culturas orgânicas. A partir da organização de um grupo de moradores da comunidade, tenciona melhorar as condições ambientais e, ao mesmo tempo, estimular a produção de culturas não predatórias, além do fabrico de produtos artesanais, a exemplo de doces, bolos e fitoterápicos.

Nesse sentido, as ações de extensão desenvolvidas visaram oferecer oficinas de capacitação, com vista a impulsionar a auto-organização da comunidade, especialmente das mulheres, e sua aproximação a temáticas voltadas à defesa do território sob bases sustentáveis. Refere-se a um processo de capacitação das lideranças e agentes de mobilização social da área, os quais vêm organizando a resistência aos impactos socioambientais dos grandes empreendimentos de Suape. Visa contribuir para a redução das assimetrias entre o poder das grandes corporações – e do Estado – que detêm o monopólio do saber e as comunidades locais, de pouco acesso à informação. Do ponto de vista acadêmico, pretende-se contribuir para a ampliação da

formação dos alunos, a problematização da realidade social, a partir do contato com a mesma e do desenvolvimento de ações concretas.

O objetivo da ação extensionista é oferecer a organização produtiva e política dos pequenos produtores rurais do Engenho Ilha, através da capacitação dos produtores, especialmente as mulheres, para o desenvolvimento de ações relacionadas ao desenvolvimento da agroecologia como elemento fundamental da defesa de seu território. Os objetivos específicos direcionam-se para: a) fortalecer a autonomia organizativa, produtiva e econômica das trabalhadoras rurais reforçando o seu protagonismo na economia rural; b) estimular a geração de renda própria das mulheres produtoras rurais através de ações de capacitação para o desenvolvimento da agroecologia; c) propiciar o intercâmbio, a troca de informações e conhecimentos entre produtores, técnicos e pesquisadores em torno de práticas produtivas, culturais e organizacionais; d) contribuir para o reconhecimento das mulheres produtoras rurais, como sujeitos sociais e para a ampliação de seu acesso a direitos, e defesa de seu território; e) elaborar produções técnicas e científicas a partir do desenvolvimento do projeto, fortalecendo o protagonismo das mulheres na agroecologia.

Dentre as ações extensionistas, foram realizadas três oficinas: “Mulheres e agroecologia”; “O cultivo de orgânicos: uma forma de produção que respeita o meio ambiente”; e “Direito à Terra e ao Território: garantias legais e desafios”, as quais foram trabalhadas numa perspectiva de produção, de integração com a terra e com o território, visando fortalecer a solidariedade e a cooperação dos membros da comunidade. Esperava-se ao final, obter uma consolidação da organização comunitária e o fortalecimento da Sociedade dos Pequenos Produtores de Ponte dos Carvalhos, sobretudo das mulheres.

As atividades previstas no âmbito do projeto de extensão contam com infraestrutura da comunidade para sua realização: as reuniões e cursos de capacitação vêm sendo desenvolvidos no Centro de convivência da Sociedade de Pequenos Agricultores de Ponte dos Carvalhos.

2.2.1 Resultados, impactos e desdobramentos

Desde o início dos entendimentos com a entidade local, identificamos uma importante receptividade das lideranças para com a chegada da universidade na área. Vale ressaltar que a proposta da capacitação foi pactuada com as lideranças, antes mesmo de sua proposição como ação extensionista e sua apresentação à seleção pública, no âmbito da universidade. Isto possibilitou que antes mesmo de iniciadas as ações de capacitação, as mulheres, impulsionadas pela liderança, iniciaram a organização de uma horta comunitária, apoiando-se nos conhecimentos próprios da comunidade sobre a agricultura familiar e camponesa. O diálogo com a área de agronomia – através da incorporação de uma agrônoma ao projeto – e as discussões sobre a agroecologia e sobre as possibilidades e aspectos técnicos do plantio orgânico, na área do projeto foram importantes para socialização do conhecimento e para a construção de estratégias de auto-organização das mulheres da área. A produção livre de insumos químicos e de agrotóxicos vem propiciando um maior conhecimento sobre os modos de produzir sem veneno, bem como da organização da comunidade para tal.

Elemento importante foi a parceria com o Programa de Educação Tutorial grupo PET- Encontros Sociais, que possibilitou envolver alunos da geografia, ciências sociais, direito e outros estudantes de serviço social nas atividades, especialmente nas sessões de exibição de vídeos e documentários. Outro desdobramento das ações extensionistas foi a articulação com profissionais dotados de recursos técnicos para realização de um levantamento topográfico da área, momento em que serão estabelecidos parâmetros para o reordenamento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado, as atividades extensionistas tiveram por finalidade contribuir para o fortalecimento político e produtivo dos pequenos agricultoras e

agricultores do Engenho Ilha. Para isso, os diálogos recorrentes e as oficinas realizadas contribuíram para a reflexão sobre a permanência dessa comunidade em seu território, desenvolvendo novos conhecimentos ligados à terra. Constatou-se que os conflitos por terra no território ameaçam a soberania alimentar das comunidades tradicionais que vivem nesse território, evidenciando que, o dito desenvolvimento avança sobre os modos de vida tradicionais, desqualificando seus saberes. A própria existência dessas comunidades, se apresenta ou é apresentada como ameaça ao desenvolvimento, pois possuem um modo de uso dos territórios e dos recursos naturais, cujo fim último é a produção para a subsistência; diferentemente ocorre com o modo de ser do capital, voltado à acumulação, cuja lógica perdulária é essencialmente destrutiva.

Essa forma de ser perversa do capital evidencia a atualidade do pensamento de Marx sobre o processo de acumulação primitiva. Esse processo histórico resultou na separação dos produtores diretos dos meios de produção e na constituição desses meios de produção e subsistência os quais passaram a ser acumulados privadamente como capital (MARX, 2013). A expropriação, ou seja, a produção social de trabalhadores “livres” para a venda de sua força de trabalho e a crescente concentração-centralização dos meios de produção são o fundamento da ampliação das condições sociais do capital. Essa condição não se esgotou na origem do sistema capitalista, ela prevalece (FONTES, 2010).

Contudo, essas comunidades desenvolvem uma enorme resistência visto que mesmo submetidas às brutais ameaças do capital na tentativa de subordiná-las completamente à sua lógica, elas produzem ou reconstroem formas de uso da terra e de sociabilidade diversas das formas hegemônicas, ainda que submersas pela dominação do capital (FONTES, 2010). Devido à íntima relação que possuem com o meio ambiente, garantem que o território mantenha condições que possibilitem a sua sobrevivência, preservam a biodiversidade, as águas, a terra, evidenciando que a permanência dessas comunidades em seus territórios tem importância social e ambiental.

Nesse sentido, o destaque à agroecologia nesse projeto se deu, principalmente, por considerá-la como essencial para discutir a soberania

alimentar dessas agricultoras e agricultores, considerando tratar-se, para além de uma técnica, uma construção social e política, pautada na produção de alimentos livres de venenos e no estabelecimento de novas relações entre sociedade e natureza. A partir das atividades, observamos que ficam cada vez mais visíveis os campos de resistência, a luta por permanecerem em suas terras e para que não as percam. O território é lugar de afirmação de identidade e para isso é necessário que nele se permaneçam.

Vale salientar que devido ao seu posicionamento crítico em relação ao CIPS e seus gestores as lideranças da área vêm sendo intimidadas ou diretamente ameaçadas, evidenciando o processo de criminalização das resistências. Após terem sido inocentadas em denúncia policial de “venda de terras”, lideranças seguem na mira de Suape: a atual presidente da Associação vem sendo diretamente ameaçada, razão pela qual se encontra sob guarda do “Programa de Proteção”, sob responsabilidade do governo de Pernambuco.

Outro campo de tensões resulta do atual momento político, marcado por retrocessos, perdas de direitos da classe trabalhadora, aumento do desmatamento e degradação ambiental, expressando uma nova configuração do capital, o qual necessita subtrair os parques marcos regulatórios que protegem os trabalhadores e o meio ambiente. Essa dinâmica vem produzindo nos agricultores e agricultoras um visível descrédito nas instituições e uma sensação de incapacidade, dificultando assim a mobilização e motivação dos moradores para as atividades. Outro elemento observado durante a realização da extensão foi a necessidade de se trabalhar junto aos agricultores e agricultoras questões de gênero, pois dentre outros elementos pertinentes ao tema e ao cotidiano, nos foram relatados diversos casos de violência contra as mulheres da área.

Portanto, como perspectiva de futuros trabalhos pretende-se trabalhar sobre questões de gênero e a relação com a terra. Pretende-se, ainda, manter a exibição mensal de vídeos e documentários para os moradores da localidade, tratando de temas que lhes afetam. Este trabalho deverá ocorrer em parceria com o PET- Encontros Sociais, cujo projeto de extensão é um cineclube, intitulado CINE-PET, voltado para as áreas de periferia na Região Metropolitana do Recife.

REFERENCIAS

CHESNAIS, F; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n.16, p.39-75, 2003.

FILHO, A. O. S. Capitalismo e Energia: alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro. In: PORTO, M. F; PACHECO, T; LEROY, J. P. (Orgs). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Ed. Da UFRJ, 2010.

FÓRUM EM AÇÃO – Julho, 2017. **Informativo Mensal do Fórum Suape Espaço Socioambiental**.

FOSTER, J. B. **A Ecologia da Economia Política de Marx**. Revista O Comuneiro, Lisboa/Portugal, n.16, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ocomuneiro.com>>. Acesso em: 05 de junho 2013.

GT Agrária das AGBs Rio de Janeiro e Niterói. Os “grandes projetos de desenvolvimento” e seus impactos sobre o espaço agrário do Rio de Janeiro. In: JÚNIOR, M. A. M; GARCIA, M. F; VIANA, P. C. G. (Orgs). **A questão Agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEHER, R. Iniciativas para integração da infra-estrutura regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e a Questão Ambiental: desafios epistêmicos. IN: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MARTINS, A. P. **Desafios do Desenvolvimento das práticas agroecológicas**: as experiências dos assentamentos. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. (MST-RS). Seminário Questão Agrária Brasileira. Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF – São Paulo, 2013.

MARX, K. [1818-1883]. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEVILLA, G.E. **Sobre la articulación de la Agronomía y la Ecología en el Pensamiento Social Agrario**. São Paulo: MST, 2006.

_____. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: Via Campesina, 2005.

STÉDILE, J. P. (Org.). O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. **A questão agrária no Brasil**, v. 7 - O Debate na Década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo.U. Agricultura Brasileira – transformações recentes. In: ROSS, J.(Org) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SILVA, Maria das Graças e SILVA; David Wallace. A crise da sociabilidade contemporânea, suas manifestações na questão ambiental e as lutas sociais na América Latina. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA, 1., 2010, Natal. **Anais...** Natal, RN/ 2010. ISSN 2177 8000.